



**UFSM**

**Artigo Monográfico de Especialização**

**DESAFIOS NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: REPENSANDO  
ESTRATÉGIAS PARA INTRODUÇÃO DA LÍNGUA  
BRASILEIRA DE SINAIS PARA ALUNOS SURDOS**

---

**Déia dos Santos de Souza**

**SÃO GABRIEL, RS, Brasil**

**2010**

**ESTRATÉGIAS PARA INTRODUÇÃO DA LÍNGUA  
BRASILEIRA DE SINAIS PARA ALUNOS SURDOS**

---

por

**Déia dos Santos de Souza**

Artigo apresentado no Curso de Especialização em Educação Especial – Déficit Cognitivo e Educação de Surdos, do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria como requisito parcial para obtenção do grau de **Especialista em Educação Especial.**

**SÃO GABRIEL, RS, Brasil  
2010**

**Universidade Federal de Santa Maria**  
**Centro de Educação**  
**Especialização em Educação Especial - Déficit Cognitivo e**  
**Educação de Surdos**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova o Artigo Monográfico de  
Especialização

**ESTRATÉGIAS PARA INTRODUÇÃO DA LÍNGUA BRASILEIRA DE**  
**SINAIS PARA ALUNOS SURDOS**

elaborada por  
**Déia dos Santos de Souza**

como requisito parcial para obtenção do grau de

***Especialista em Educação Especial: Déficit Cognitivo e Educação***  
***de Surdos***

**COMISSÃO EXAMINADORA:**

---

**Mônica Zavacki de Moraes**  
(Presidente/Orientador)

---

---

**SÃO GABRIEL, RS, Brasil**  
**2010**

## **RESUMO**

Artigo de Especialização  
Curso de Especialização em Educação Especial – Déficit Cognitivo e Educação de Surdos  
Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil

### **ESTRATÉGIAS PARA INTRODUÇÃO DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS PARA ALUNOS SURDOS**

AUTOR: DÉIA DOS SANTOS DE SOUZA  
ORIENTADOR: MÔNICA ZAVACKI DE MORAIS  
SÃO GABRIEL

O tema e objetivo deste artigo é problematizar as práticas lingüísticas no ensino da Língua Brasileira de Sinais para alunos surdos. A metodologia utilizada para a elaboração do artigo é a pesquisa bibliográfica, baseada em obras já editadas sobre o assunto. A Língua Brasileira de Sinais se desenvolveu a partir da língua de sinais francesa. As línguas de sinais não são universais, cada país possui a sua. Atribui-se às Línguas de Sinais o status de língua porque elas também são compostas pelos níveis lingüísticos: o fonológico, o morfológico, o sintático e o semântico. O que diferencia as Línguas de Sinais das demais línguas é a sua modalidade visual-espacial. Segundo a legislação vigente, a Libras se constitui em um sistema lingüístico de transmissão de idéias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil, na qual há uma forma de comunicação e expressão, de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria. Na educação de alunos surdos, a língua inicial deve ser a língua de sinais, pois possibilita a estimulação da comunicação inicial na escola, pois os surdos possuem um bloqueio para a aquisição natural de uma linguagem oral. O dever dos educadores é amenizar as barreiras de acessibilidade às situações discursivas entre o professor e o aluno, oferecendo suporte teórico e metodológico.

Palavras-chave: Libras; Comunicação; Educação.

## SUMÁRIO

<b>1. APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>03</b>
<b>2. CAMINHO DA INVESTIGAÇÃO .....</b>	<b>06</b>
<b>3. UM POUQUINHO MAIS SOBRE A LIBRAS – LINGUAGEM BRASILEIRA DE SINAIS .....</b>	<b>07</b>
<b>3.1 Estratégias para a introdução de Libras na sala de aula para alunos surdos .....</b>	<b>10</b>
<b>3.2 O papel da escola na inclusão social .....</b>	<b>14</b>
<b>3.3 O papel do professor na inclusão social .....</b>	<b>18</b>
<b>3.4 O papel da família na inclusão social .....</b>	<b>20</b>
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>23</b>
<b>5. REFERÊNCIAS .....</b>	<b>24</b>

## **1. APRESENTAÇÃO:**

O artigo tem como tema “Problematizar a Práticas Lingüísticas no Ensino da Língua Brasileira de Sinais para Alunos Surdos” Assim como também, desenvolver no espaço escolar maneiras de assimilação/compreensão do aluno surdo, facilitando a sua aprendizagem e promovendo a inclusão, projetos que viabilizem a contratação de profissionais em LIBRAS, preferencialmente profissionais surdos e Trabalhar na Sala de Recursos a Língua Portuguesa como segunda Língua dos surdos.

Esse artigo tem por objetivo estar repensando as condições e possibilidades a Escola vem oferecendo para o ensino da Língua de Sinais, sendo que esta possui alunos incluídos.

Conforme a nova LDBEN 9394/96 em seu capítulo V coloca que a educação dos portadores de necessidades especiais se dá preferencialmente na rede regular de ensino, o que traz uma nova concepção na forma de entender a educação e integração desse sujeito perante a sociedade. Mas o fato de constar em Lei não garante a inclusão das pessoas com necessidades especiais, se as ações para, essa inclusão não forem planejadas e estruturadas para que possam ter seus direitos plenamente respeitados.

É urgente que pesquisadores e educadores concentrem esforços para discutir e pesquisar essa temática em todos os níveis e modalidades de ensino. Para que haja inclusão de verdade é necessário que os governantes estejam realmente preocupados e comprometidos com esse processo que sabemos ser bem complexo. Sabemos que muitas ações precisam efetivadas para que se garanta a inclusão de qualidade.

Apesar de ouvirmos falar muito em inclusão, ainda temos muito a realizar para que ela seja significativa e de qualidade. De nada adianta a simples inserção dos alunos com necessidades educativas especiais, sem qualquer tipo de apoio ou assistência aos sistemas regulares de ensino, é preciso também uma adequação curricular. Sabemos da vontade dos educadores para o trabalho com esses alunos, mas também da dificuldade encontrada por eles. Não basta colocar o aluno portador de necessidade especial dentro de uma escola regular e achar que está havendo a inclusão.

Partindo dessas inquietações é que se justifica o presente trabalho, onde abordará questionamentos sobre estratégias para trabalhar com alunos surdos.

A inclusão dos indivíduos com necessidades educativas é um desafio, muitas inquietações surgem dentro deste campo de pesquisa. São muitas as dificuldades ou problemas que surgirão no processo que tenta facilitar a inclusão dos sujeitos surdos. No sistema escolar verifica-se um número cada vez mais expressivo de alunos surdos que não são bem sucedidos na escola. Diante desse problema, surge a preocupação em relação à aprendizagem desses alunos. O que poderia facilitar essa aprendizagem?

Todas as pessoas possuem diferenças, mas essas diferenças não deveriam servir para rotulá-las. Todavia observa-se que historicamente, as pessoas que não se enquadram dentro de um certo “padrão de normalidade”, que a sociedade estabeleceu tem sido perseguidas, segregadas e até mesmo humilhadas.

As pessoas com necessidades especiais, por possuírem características que fogem ao “padrão de normalidade” mesmo nos dias atuais, ainda sofrem inúmeras formas de preconceito, sendo constantemente marginalizadas.

A prática da inclusão se baseia em princípios diferentes do convencional, valorização de cada pessoa, convivência dentro da diversidade humana por meio da cooperação.

Durante as leituras, foram surgindo algumas estratégias que poderiam contribuir com o aprendizado do aluno surdo. Nesse caso convém a Escola ter um novo olhar frente a estes problemas, buscando novas estratégias auxiliadoras.

Muitas iniciativas estão sendo realizadas. Em nossa escola, por exemplo, existe uma sala de recursos para o atendimento integral desses alunos com professores ouvintes e uma professora surda. A escola desenvolveu um projeto para a contratação de uma profissional surda, para atuar juntamente com a professora regente, para facilitar a aprendizagem dos mesmos.

No que diz respeito à parte administrativa e pedagógica da escola, a mesma está reconstruindo o projeto político-pedagógico para que o mesmo vá de encontro aos alunos com necessidades educativas especiais, tornando a mesma, uma escola inclusiva e de responsabilidade de todos.

O referido trabalho nos faz refletir sobre a educação inclusiva, e a nossa prática pedagógica como educadores, buscando maneiras para incluir esses sujeitos surdos na escola e tornando sua aprendizagem significativa.



## **2. CAMINHO DA INVESTIGAÇÃO:**

A metodologia utilizada para elaboração deste artigo é a pesquisa bibliográfica, baseada em obras já editadas sobre o assunto, de autores tais como Botelho (1998, 2002), Lacerda (2002), Skliar (2005) e Lodi (2000).

Tendo em vista que o ser humano se constitui a partir da linguagem e que ela auxilia no convívio social, na interação com o abstrato e os aspectos vivenciados pelo indivíduo, a linguagem como processo de representação é prática de significação e de sistemas simbólicos em que são produzidos significados que nos posicionam como sujeitos. Há uma grande preocupação em relação ao indivíduo surdo.

Partindo do conceito de Língua natural Materna (L1) com aquela que se aprende, adquire geralmente na infância em uma situação de comunicação natural, ou seja, de forma espontânea e natural no ambiente família, sendo a língua usada pela maioria da comunidade lingüística na qual o indivíduo se insere, podemos dizer que a LIBRAS, ou Língua Brasileira de Sinais é a língua natural materna dos surdos.

Ressaltamos que, em muitos casos o surdo não adquire a língua de sinais na infância, como seria o ideal, nem com seus familiares.

A língua é a maneira particular pela qual a linguagem se apresenta. Cada língua ordena mundo a sua maneira, pois a língua é condição necessária e meio mais importante que se quer interação. Os indivíduos aprendem seu papel social mediante os processos de comunicação, adquirindo, portanto, a sua identidade. Mas para o surdo como se daria esse processo? De que maneira ele poderia construir sua identidade? De que maneira a Escola que tem um papel fundamental nesse processo procederia para suprir essa necessidade do aluno surdo? Quais as estratégias que poderiam ser adotadas para atendê-los?

As línguas de sinais distinguem-se das línguas orais porque se utilizam de um canal visual-espacial e não oral auditivo. Assim, articulam-se espacialmente e são percebidas visualmente, através das mãos, das expressões faciais e do corpo. É uma língua natural usada pela comunidade surda.

Nossa maior preocupação é para como modificar a realidade atual da Educação como foco a inclusão de alunos surdos.

### **3. UM POUQUINHO MAIS SOBRE A LIBRAS – LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS**

A Língua Brasileira de Sinais foi desenvolvida a partir da Língua de Sinais Francesa. Como toda língua, a língua de sinais não se constitui como uma linguagem universal, pois cada espaço social tende a modificar sua língua conforme usos, costumes, cultura, etc.

A LIBRAS possui estrutura gramatical própria, os sinais são formados por meio da comunicação de formas e de movimentos das mãos e de pontos de referência no corpo ou no espaço.

Segundo a legislação vigente, LIBRAS constitui um sistema lingüístico de transmissão de idéias e fatos, oriundos de comunidade de pessoas surdas no Brasil, na qual há uma forma de comunicação e expressão, de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria.

Decretada e sancionada em 24 de abril de 2002, a Lei nº 10.436, no seu artigo 4º, dispõe o seguinte:

O Sistema Educacional Federal e Sistemas Educacionais Estaduais, Municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudióloga e de Magistério, em seus níveis médio e superior, do Ensino da Língua Brasileira de Sinais - Libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNS, conforme legislação vigente.

Com a inclusão dos alunos surdos no ensino regular é, de suma importância, os profissionais que trabalham com a educação procurarem aprender essa língua, para haver uma comunicação satisfatória com seus alunos no contexto da sala de aula inclusiva.

A língua de sinais é vista como um processo mediador para a compreensão do português escrito para surdos não alfabetizados e vem assumindo um lugar cada vez mais relevante na educação do surdo, constituindo o elemento de identificação dos surdos, e o fato de constituir-se em comunidade, significa que compartilham e conheçam os usos e normas da mesma língua.

Os surdos passaram e ainda passam, por períodos muito difíceis, tanto nas escolas (especiais ou não), tanto na sociedade. Os estabelecimentos de ensino

regulares ainda não estão preparados para oferecerem ao surdo, o que ele precisa para se desenvolver, ou seja, uma língua compartilhada em sala de aula, onde todos possam se comunicar livremente, sem precisar fingir que entendeu e que sabe o que é desconhecido. A língua de sinais, é a ferramenta essencial para que o aluno surdo obtenha êxito em suas atividades, sejam elas familiares, sociais, culturais ou profissionais. As escolas necessitam de professores que dominem inteiramente LIBRAS.

Muitos surdos tentam aprender em escolas regulares, o que os ouvintes aprendem. A oralidade os confunde e a escrita é quase um sacrifício, pois raramente conseguem expor suas idéias e muito menos explicá-las. O fato é que o aluno surdo sente vergonha em não saber o que a maioria ouvinte sabe, ele se julga incapaz, deficiente de suas habilidades cognitivas, mesmo sentindo fazer parte de um mundo estranho, eles fingem aprender, pois temem a rejeição e o abandono.

As pessoas surdas são visuais, elas aprendem com imagens e a leitura se torna menos difícil, ou, pelo menos, há tentativas de ligar uma coisa à outra, através de ilustrações e do próprio entendimento do texto. É outra estratégia e nada tem a ver com as instruções que os alunos ouvintes obtêm em seus estudos.

O surdo aprende seguindo a língua de sinais, imprescindível para a constituição de suas constituições e da própria identidade.

Existem alunos surdos que acreditam que suas conclusões são corretas, ignorando a verdadeira resposta, achando que suas convicções refletem o acerto, não o erro.

Mas diferente daquele que pensa que sabe, enquanto desconhece, encontramos aquele que sabe que não sabe, mas, que quer passar a impressão de que entende, se encaixando na análise de Paula Botelho (2002, p. 32), mostrando que, dessa forma, o aluno passa a negar as dificuldades que lhe são apresentadas, acometido pela alienação que refletirá o seu estado de negação da realidade.

A necessidade de ser como os outros (ouvintes), faz com que o aprendiz surdo se camufle ao querer dar a impressão de saber tudo, mas que, na verdade, pouco aprendeu por causa das diferenças acentuadas em sala de aula. Ele quer saber como os outros.

No aprendizado do aluno surdo, a língua de sinais é essencial, devendo esta ser compartilhada por todos, num ambiente homogêneo e sem preconceitos.

O surdo torna-se “atrasado”, segundo Paula Botelho (2002), não porque não ouve, ou, porque usa língua de sinais e, sim porque a escola e as políticas educacionais não levam em conta a necessidade de um ensino baseado na percepção visual.

A criança surda, filha de pais surdos, possuirá menos dificuldades de comunicação em seu lar, especialmente se os pais souberem a LIBRAS de forma ampla, podendo assim, inserir ao novo membro da família no mundo a que lhe pertence. Tendo a LIBRAS como a língua primária em casa, os surdos irão se sentir mais à vontade e seguros, desenvolvendo suas aptidões com a certeza de que são parte integrante de uma sociedade que pode entendê-los e até mesmo ajudá-los.

A educação bilíngüe pressupõe a utilização da língua de sinais para o ensino de todas as disciplinas. Proporciona como primeira língua (L1), o aprendizado da língua de sinais é oferecido aos surdos em situações significativas, como jogos, brincadeiras e narrativas de histórias mediante a interação com outros surdos adultos competentes em língua de sinais. Faz também parte do projeto que todo o corpo de funcionários da escola, surdo e ouvintes, e os pais, aprendam e utilizem a língua de sinais (BOTELHO, 2002, p. 112).

Observa-se que todos devem se empenhar para o sucesso do modo bilíngüe, praticando a LIBRAS em tempo integral na escola e dando continuidade em casa. É dessa forma, que os surdos aprenderão o português escrito, sendo primeiramente fluentes na LIBRAS em direção a novos horizontes. Faz-se interessante mencionar, conforme destacou Botelho (2002, p. 113), “países como a Dinamarca e a Suécia, têm formado pessoas surdas bastante qualificadas em língua de sinais, escrita e leitura”.

O investimento em profissionais, intérpretes na LIBRAS também é um aspecto importante, dessa forma, ouvintes e surdos poderão compartilhar seus pontos de vista, suas curiosidades e compreender mundos diferentes. A contratação de professores surdos também é um aspecto de relevância, levando-se em consideração que os mesmos têm fluência em LIBRAS e certamente passaram por situações similares aos alunos surdos, o que os levará a se identificar com o professor e, a criar automaticamente, uma auto-imagem positiva.

Conforme analisa Botelho (2002, p. 116), “a Suécia, adotou, para o modelo bilíngüe, a cooperação das organizações de pais surdos, ou seja, os pais refletirem

sobre o ensino das escolas regulares e concluíram que não era um local apropriado para as crianças surdas”.

O que se pretende é valorizar como foco principiar para o aprendizado da escrita em contato com a língua de sinais, utilizando a tradução. O texto é aplicado em sala de aula, traduzido para a língua de sinais, e daí, advém, as interpretações textuais.

O que se intenciona destacar é que o surdo precisa estar em constante contato com a língua de sinais, para que não perca a sua identidade, mas, solidifique-a. A esse respeito, Paula Botelho (2002) analisa que, com a ralação a língua de sinais, aprende-se por intermédio dela e sobre ela. “Há, ainda, valorização intensa da atividade de narrar: Os surdos contam e vêem outros contarem histórias reais e imaginárias em língua de sinais, a partir de textos escritos” (BOTELHO, 2002, p. 94). E aprendem a não conceder o aprendizado da língua escrita como uma ameaça à supressão da língua de sinais e, por conseguinte, a sua identidade. Aprendem a dar valor equivalente e língua escrita, a língua oral e a língua de sinais.

### **3.1 Estratégias para a introdução de Libras na sala de aula para alunos surdos**

Entende-se que na educação de alunos surdo, a primeira língua deve ser a língua de sinais, pois possibilita a comunicação inicial na escola em que eles são estimulados a desenvolver, uma vez que os surdos possuem uma experiência visual, onde todo seu aprendizado passa pelo canal visual e não auditivo.

Um desafio apresentado aos educadores é desenvolver métodos de ensino e materiais didáticos que ofereçam aos alunos surdos uma educação de qualidade, lhes proporcionando experiências necessárias para sobreviverem às exigências e necessidades do mundo atual. Outro desafio apresentado a toda sociedade, é divulgação, garantia, ingresso e permanência dos surdos no mercado de trabalho, como cidadãos competentes e produtivos em igualdade de condições como os ouvintes.

Que nos falta ainda é uma metodologia adequada para o ensino de Libras, os recursos a serem usados. Uma das preocupações dos educadores é amenizar as barreiras de acessibilidade às situações discursivas entre o professor e o aluno, oferecendo suporte teórico e metodológico.

A Libras é um elemento essencial para a comunicação e fortalecimento de uma identidade surda no Brasil e dessa forma, a Escola não pode ignorá-la no processo ensino aprendizagem. A utilização da língua de sinais vem sendo reconhecida como caminho necessário para uma efetiva mudança nas condições oferecidas pela Escola no atendimento escolar desses alunos, por ser uma língua viva, produto de interação das pessoas que se comunicam.

A língua de sinais, por possuir riquezas lingüísticas orais, oferece as mesmas possibilidades de constituição de significados cumprindo assim um papel fundamental na educação de surdos.

Os surdos possuem desenvolvimento compatível de aprender como qualquer ouvinte, no entanto, os surdos que não adquirem uma língua, têm dificuldade de perceber as relações e o contexto mais amplo das atividades em que estão inseridos, assim o seu desenvolvimento e aprendizagem ficam fragmentados.

As barreiras comunicativas criam dificuldades e desenvolvimento das estruturas mentais dos surdos, portanto a ênfase não deve ser dada, à deficiência da audição, mas a dimensão lingüística e cultural que caracteriza a diferença do surdo. O surdo percebe o mundo de forma diferenciada dos ouvintes, através de uma experiência visual e faz uso de uma linguagem específica, a língua de sinais. A aquisição da língua de sinais vai permitir a criança, surda, mediante relações sociais o acesso aos conceitos formando assim uma maneira de pensar e agir. É o acesso a uma língua que permitirá ao surdo pensar com todas as complexidades necessárias disponíveis. Sobre esse acesso a uma língua que esteja compatível com o canal de comunicação que é possível ao sujeito surdo encontrar uma comunicação que lhe proporcione agir e interagir com o meio em que vive.

Quando uma criança surda tem acesso a sua língua natural, ou seja, a língua de sinais ela se desenvolve integralmente, pois tem inteligência semelhante a dos ouvintes diferindo apenas na forma como aprendem que é visual e não auditiva.

No entanto, a maioria das crianças surdas vem de famílias ouvintes que não dominam a língua de sinais, e, por isso, é essencial essa imersão escolar na primeira língua das crianças surdas, já que essa aquisição da linguagem permite o desenvolvimento dessas funções cognitivas.

A lei de inclusão preconiza que todas as crianças estejam na escola, mesmo aqueles que anteriormente foram excluídos, e para isso, as escolas devem modificar

sua maneira de funcionamento para que todas as necessidades dos alunos sejam atendidas, a fim de possibilitar o processo ensino-aprendizado, que tem direito.

Para que o sujeito com necessidades educativas especiais esteja incluído no processo educacional, Amaral (2002) comenta ser necessário que, o currículo e o planejamento pedagógico devem ser reformulados para que aconteça a educação inclusiva, tal educação se orienta pela diversidade e estratégias diferenciadas com responsabilidade compartilhada, cuja capacitação do professor passa pelo conhecimento da diversidade, mudanças de atitudes, inovação, trabalho em equipe, novas relações com a família e responsabilidade para com o exercício da profissão.

A inclusão dos alunos surdos na escola regular vem sendo abordada a partir de perspectivas, dentre elas os direitos dos mesmos em exercer a cidadania, a exposição à língua de sinais ao português e a modalidade de ensino. Porém ainda há pouca discussão sobre a implantação da inclusão escolar em especial sobre a percepção dos professores envolvidos nesse processo.

Portanto a inclusão representa um grande desafio para as escolas que estão sendo chamadas para levar em conta a ampla diversidade das características e necessidades dos alunos, portanto um modelo nele centrado e não conteúdo com ênfase na aprendizagem e não apenas, no ensino.

A educação especial não mais pode ser olhada como um sistema paralelo a educação geral e sim dela faça parte como um conjunto de recursos pedagógicos e de serviço de apoio a aprendizagem de todos esses alunos incluídos no ensino regular.

A construção da escola para todos implica em considerar (dentre outros fatores), que perspectivas permeiam as famílias dos alunos surdos e refletir a respeito, são esses agentes além dos próprios surdos, os melhores indicadores que possuem, pois lidam direta e cotidianamente com eles.

De modo geral as decisões sobre as práticas educacionais costumam ser tomadas sem envolver as famílias que efetivamente podem contribuir e avaliar as propostas para seus filhos. As famílias vêm percebendo as mudanças ocorridas no panorama educacional e começam a ter voz ativa na reivindicação de serviços qualificados para seus filhos surdos.

Com a proposta de apresentar outra narrativa sobre os surdos, inspirada nas discussões de base antropológica e cultural, a autora do livro *Surdez e Educação*, Maura Corcini Lopes busca referências que possibilitem enxergar os surdos como sujeitos culturais. Compreendendo a surdez como um marcador cultural primordial, ela evita a interpretação clínica e inova ao significar a surdez dentro de um campo ainda com poucos adeptos. Trazendo como fio condutor a surdez tida como uma invenção, a autora propõe uma inversão na leitura da história da surdez de um outro olhar que não o da deficiência, mas o da diferença cultural (p.9). Para tanto busca-se a inspiração nas discussões de bases antropológicas e culturalistas para significar outras formas de olhar, interpretar e narrar a diferença surda; Propõe-se olhar a surdez pela falta, mas por aquilo que ela marca como diferente, colaborando na construção de uma nova narrativa sobre os surdos, compreendendo a surdez como marcador cultural primordial, pretendendo dar as costas para a interpretação clínica da surdez, para significá-la dentro do campo dos Estudos de audição do corpo surdo, porém desloca seu olhar para o que os próprios surdos dizem de si quando articulado e engajados na luta por seus direitos de se verem e de quererem ser vistos como sujeitos surdos, e não como sujeitos com surdez. (p.9)

Maura Corcini Lopes acredita que um currículo surdo exige que nós pensemos na nossa capacidade de olhar para os surdos, colocando-os em outras que não aquelas vinculadas às pedagogias corretivas.

No conjunto de questões que nos fazem pensar/imaginar que está se criando uma mudança significativa na educação brasileira de hoje, a questão do outro, das outras, parece ocupar tanto um lugar de privilégio quanto de uma renovada banalização.

Mas a questão do outro assumida por Carlos Skliar rareia com as discussões sobre as temporalidades e espacialidades do outro, com as representações e imagens habituais do mundo da alteridade e tudo isso com um desmesurado e pretensioso propósito de deslizar na chamada política, poética e filosofia da diferença.

A pedagogia do outro que reverbera permanentemente é aquela que contraria as duas imagens da pedagogia de outro que deve ser anulado, e que diz com uma voz suave porém intensa “não está mal ser o que és”, mas também: “ não está mal ser outras coisas além do que já és”. (Skliar, 2002).



E se na verdade o outro não estivesse nem aí? Sem o outro não seríamos nada mais do que um egoísmo apenas travestido. Por que, se o outro não estivesse aí, só restaria a vacuidade e a capacidade de nós mesmos, a nossa pura miséria, a própria selvageria que nem ao menos é exótica.

Assim três questões parecem trocar as linhas divisórias nos discursos pedagógicos atuais: 1) trata-se, por acaso de um outro que nunca esteve aqui? 2) trata-se de um outro que volta somente para nos contar as suas histórias de discriminação e exclusão? Ou, 3) trata-se talvez, de um “eu escolar” que simplesmente, se dispõe a hospedar ou se inquieta somente pela estética de sua própria hospedagem, mas que não se interessa pelo outro.

Para que o questionamento de uma cultura hegemônica, é fundamental dialogar com movimentos sociais, narrar experiências, produzir pesquisas, contribuindo assim para a concretização de ações, ainda tão veladas de diferença, discriminação, interiorização. Precisamos desconstruir as narrativas hegemônicas, pois essas legitimam as práticas de exclusão.

Quando a cultura é imposta e construída de forma homogeneizante essa se move segundo a lógica colonial no sentido “de uma lei que, sob uma aparência igualitária, universal, de pluralização do eu e/ou de albergue da diversidade da língua da mesmidade “. ( Skliar, 2003, p.104)

### **3.2 O papel da escola na inclusão social**

A escola é muito importante na formação dos sujeitos em todos os aspectos. É um lugar de aprendizagem de diferenças e de trocas de conhecimento, precisando, portanto atender a todos sem distinção, a fim de não promover fracassos, discriminações e exclusões.

Vários são os dispositivos legais que prevêm organização especial de currículos, desenvolvimento de métodos, técnicas e recursos educativos além de professores especializados e capacitados.

No caso dos surdos, trata-se de promover adequações nas ações educacionais à realidade desses sujeitos que tem ou deveriam ter a língua de sinais como língua natural.

Diferentemente dos ouvintes, grande parte das crianças surdas entram na escola sem aquisição da língua uma vez que a maioria delas vem de famílias ouvintes que não sabem a língua de sinais, portanto, a necessidade que a LIBRAS seja, no contexto escolar, não só a língua de instrução, mas disciplina a ser ensinada.

Por isso é imprescindível que o ensino de LIBRAS seja incluído nas séries iniciais do ensino fundamental para que o surdo possa adquirir uma língua e posteriormente receber informações do mundo que a rodeia.

O papel da língua de sinais na escola vai além da sua importância para o desenvolvimento do surdo, o seu uso por toda a comunidade escolar (surdos e ouvintes) promove a comunicação e interação entre os mesmos, por isso o ensino de LIBRAS pode ser estendido aos alunos ouvintes.

Entende-se, assim, que não basta somente à escola colocar duas línguas coexistindo nas suas classes, antes precisa que haja subsídios e adequações curriculares de forma a favorecer surdos e ouvintes, a fim de tornar o ensino apropriado à peculiaridade de cada aluno. Sobre isso Skliar (2005, p. 27) menciona: “Usufruir a língua de sinais é um direito do surdo e não uma concessão de alguns professores e escolas”.

O olhar crítico para a história da humanidade revela com muita clareza, que nenhuma sociedade se constitui bem sucedida, se não favorecer, em todas as áreas de convivência humana, o respeito à diversidade que a constitui.

Nenhum país alcança pleno desenvolvimento, se não garantir a todos os cidadãos, em todas as etapas de sua existência, as condições para uma vida digna, de qualidade física, psicológica, social e econômica.

A educação tem nesse cenário, papel fundamental, sendo a escola o espaço no qual se deve favorecer, a todos os cidadãos, o acesso ao conhecimento e o desenvolvimento de competências, ou seja, a possibilidade de apreensão do conhecimento historicamente produzido pela humanidade e de sua utilização no exercício efetivo da cidadania.

É no dia a dia escolar que crianças e jovens, enquanto atores sociais têm acesso aos diferentes conteúdos curriculares, os quais devem ser organizados de forma a efetivar a aprendizagem. Para que este objetivo seja alcançado, a escola

precisa ser organizada de forma a garantir que cada ação pedagógica resulte em uma contribuição para o processo de aprendizado de cada aluno.

Escola inclusiva é aquela que garante a qualidade de ensino educacional a cada um de seus alunos, reconhecendo e respeitando a diversidade e respondendo a cada um de acordo com suas potencialidades e necessidades.

Assim, uma escola somente poderá ser considerada inclusiva quando estiver organizada para oferecer a cada aluno, independentemente de etnia, sexo, idade, deficiência, condição social ou qualquer outra situação. Um ensino significativo<sup>9</sup>, é aquele que garante o acesso ao conjunto sistematizado de conhecimentos como recursos a serem mobilizados.

Numa escola inclusiva, o aluno é sujeito de direito e o foco central de toda a ação educacional, garantir a sua caminhada no processo de aprendizagem e de construção das competências necessárias para o exercício, pleno da cidadania é, por outro lado, objetivo primeiro de toda a ação educacional.

A escola inclusiva é aquela que conhece cada aluno, respeita suas potencialidades e necessidades, e a elas responde com qualidade pedagógica.

Para que uma escola se torne inclusiva, há que se contar com a participação consciente e responsável de todos os atores que permeiam o cenário educacional: Gestores, professores, familiares e membros da comunidade na qual cada aluno vive.

A construção da escola inclusive exige mudanças nessa cultura e nas suas conseqüências práticas.

O processo de mudança tem um ponto decisivo por onde iniciar: A construção do projeto político pedagógico da escola.

A função da escola é possibilitar ao aluno surdo apropriar-se do conhecimento mediado pelo professor. Ao atuar numa perspectiva mediadora, o professor também se transforma durante o processo de ensino, por meio das palavras e da proposta pedagógica, direcionando o aluno surdo ao conhecimento, favorecendo o confronto com outras maneiras de conhecimento.

A dificuldade existente na escolarização dos sujeitos surdos está relacionada com as questões da língua, pois a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) é visual-gestual, e sua gramática é diferente quanto a Língua Portuguesa. Para o surdo aprender a Língua Portuguesa, na modalidade escrita, ocorre do mesmo modo que

a do ouvinte, ao aprender uma segunda língua. Antes que ocorra o aprendizado desta segunda língua deveria ser garantido ao surdo, de acordo com o objetivo da abordagem bilíngüe, primeiro a aquisição da língua de sinais, que possibilitará ao surdo constituir-se como sujeito da linguagem, e, conseqüentemente fornecerá um suporte lingüístico para que ele aprenda uma segunda língua.

Garantir a aquisição de LIBRAS como primeira língua ao surdo, significa dizer que nem todos os surdos têm um conhecimento da mesma, devido à maioria deles terem pais ouvinte. A descoberta da surdez ocorre em grande parte, quando o filho chega à escola, o que representa um atraso em seu desenvolvimento cognitivo devido à falta da língua de sinais, e não por ser surdo; resultado das condições sociais e educacionais não proporcionadas quanto à aquisição e desenvolvimento da linguagem.

Incluir alunos surdos em salas de aula em ensino comum vai além de modificar a estrutura física da escola; requer o conhecimento sobre a LIBRAS, mais as especificidades da surdez pelo corpo docente, conhecimento da língua de sinais pelos surdos, bem como o ensinamento dos conteúdos escolares embasados no aprendizado de uma segunda língua na modalidade escrita, juntamente com o uso de recursos visuais.

Estando em trânsito no espaço escolar outra língua, o aluno surdo estará em desigualdade lingüística, que deverá ser contemplada (BOTELHO, 1998; LACERDA, 2002; GÓES 2000), com a finalidade de possibilitar “o desenvolvimento acadêmico do aluno surdo; espaço fundamental para que estas crianças possam ter acesso a sua cultura e a sua história, assim como, desenvolver seu potencial intelectual, cognitivo e lingüístico (LODI, 2000, p.73).

Contemplar a desigualdade lingüística do surdo quando incluído na sala de aula do ensino comum, é considerar a presença do intérprete de LIBRAS que será o elo comunicativo entre o professor e o aluno. Apesar de tal critério ser assegurado por lei, esta resolução não deixa clara a importância da presença e atuação do intérprete em locais em que estejam surdos e ouvinte, a fim de fazer as mediações e interlocuções necessárias.

O intérprete irá trabalhar como colaborador com o professor regente, a fim de “negociar conteúdos com o professor, revelar suas dúvidas as questões de aprendiz e por vezes, mediar a relação com o aluno para que o conhecimento que se almeje seja construído (LACERDA, 2002, p. 124).

Apesar do trabalho do intérprete entre surdos e ouvintes, não há garantias que o aluno irá aprender os conteúdos ministrados pelo professor, pois não é de competência do intérprete exercer as mediações pedagógicas necessárias para a aprendizagem.

A Educação Inclusiva consiste na idéia de uma escola que não selecione crianças em função de suas diferenças individuais, sejam elas, orgânicas, sociais ou culturais. A sua implantação sugere uma nova postura da escola regular, valorizando a diversidade em vez da homogeneidade. Nesta perspectiva a escola deve incorporar em seu projeto político-pedagógico e no currículo (englobando metodologias, avaliação e estratégias de ensino) ações que favoreçam o desenvolvimento de todos os profissionais de educação e não apenas daqueles ligados a Educação Especial.

Cabe a todos os profissionais das escolas especiais, de classes especiais, de salas de recursos, aos teóricos da educação inclusiva, aos profissionais das escolas regulares e as equipes multidisciplinares e de saúde a função primordial da integração de ações, dos recursos e dos atendimentos, da criação de canais de comunicação que considerem a questão da inclusão escolar como prioritária.

O objetivo da inclusão é precisamente mudar o que está em geral disponível através da reforma da organização e do currículo das escolas e do sistema educacional como um todo para responder um a ampla gama de necessidades.

### **3.3 O papel do professor na inclusão social**

O professor, ao receber alunos surdos, terá que romper suas próprias barreiras, terá que trabalhar a tolerância, o medo do novo, o preconceito e a falta de formação necessária.

O papel do professor é de aprender, e essa aprendizagem é constante, ele deverá identificar diferentes formas de pensar sua profissão, deve enfrentar como parte de um movimento constante de busca.

Querer aprender, isto é, o que fará a diferença para o educador tramitar na esfera da educação especial, não ter medo no novo, incluir ao invés de excluir, atuar com sistema de aprendizagem contínua, observar, trocar experiências e aprender com os colegas que se especializaram nessa cadeira, a experiência conta, mas a aprendizagem diária, a vivência, a postura auto-formativa e explorar o máximo as oportunidades oferecidas, fará desse educador, um educador também especial.

O que está sendo realizado para que ocorram as mudanças? As Escolas em nosso município estão adaptando-se tanto no que diz respeito às estruturas físicas (espaços, adequações, etc.), bem como, no profissional, oferecendo cursos de aperfeiçoamentos e encontros para debater e buscar maneiras para incluir o aluno surdo em sala de aula, tentando assim, tornar a sua aprendizagem significativa e que ele, venha a agir e interagir na sociedade.

Os professores estão se preparando, buscando os conhecimentos necessários para transmitir aos alunos surdos e ouvintes, a língua de sinais. Em relação aos pais, eles estão procurando os professores para auxiliá-los com seus filhos surdos em casa.

A construção de uma escola inclusiva é um desafio, pois requer quebra de paradigmas, enfrentando o desconhecido, a aceitação do não saber e efetivar, na prática, os princípios que fundamentam uma escola inclusiva.

Contudo é preciso conhecer a real dificuldade enfrentada pelos professores que recebem esses alunos e quais as alternativas, geradas por eles para adquirir a metodologia e a aprendizagem necessária para desenvolver seu aluno, tendo o professor à tarefa de integrar essa criança na comunidade, requerendo do mesmo um novo olhar para as diferenças do indivíduo.

Espera-se que quando o professor acreditar que incluir é destruir barreiras e que ultrapassar as fronteiras é viabilizar a troca de processo de construção do saber e do sentir, ele exercerá seu papel fundamental, para assegurar a educação inclusiva que todos desejam, semeando assim um futuro com menos discriminação e mais comunhão de esforços na proposta de integrar e incluir.

Oferecer um ambiente favorável a inclusão, não é só ter conhecimento das mais variadas diversidades, o que é possível ser trabalhado ou o que a criança já possui de conhecimento, como também e principalmente, respeitar suas limitações, reconhecendo suas diferenças e ressaltando suas potencialidades.

Tudo é um caminho, tudo é uma construção em cima de estudos e pesquisas que através de um conhecimento mais amplo e aprofundado, traça o caminho da sensibilidade. É na formação necessariamente diferenciada do professor, que irá acontecer à inclusão desses alunos, um dos fatores principais dessa formação está relacionado à capacidade de o professor reconhecer e proporcionar o desenvolvimento das potencialidades de seus alunos.

Os professores terão que inovar sua prática, seu próprio conceito, e isso mexe com muitas estruturas, que já estão de certa forma, enraizadas, porque tais inovações terão que acontecer na escola, ao aluno especial, a família, ao professor e a todas as pessoas que fazem parte desse processo.

Apostar nessas inovações seria o caminho mais seguro para a efetivação da escola inclusiva. Quando professores das mais variadas diversidades descobrirem o valor de ensinar através da troca, reconhecendo seus alunos como seres capazes de realizações, interagindo com as famílias na busca por soluções de seus problemas familiares, os quais interferem na sala de aula procurando apoio de todos os setores da escola na realização de tarefas conjuntas e garantindo a participação dos alunos nas decisões de sala de aula, estará construindo não apenas a escola que atenderá ao aluno com necessidades educativas especiais, mas a escola que atenderá a todos, ou seja, a escola inclusiva.

### **3.4 O papel da família na inclusão social**

Os pais podem perceber precocemente, a surdez de seu filho, observando alguns indícios ou sintomas, apresentados pela criança e, que podem indicar anormalidades no seu comportamento auditivo.

Uma criança de qualquer faixa etária que não reaja a ruídos ambientais e sons instrumentais e a voz humana, provavelmente é surda e deverá receber atendimento médico educacional especializado.

Na comunidade escolar os pais deverão encontrar o apoio de que necessitam para continuar o trabalho de integração de sua criança surda. Se a criança inicia sua educação por meio da estimulação precoce, os pais tomam desde cedo, consciência da importância de seu papel como principais agentes de integração e como elementos, indispensáveis de ligação entre sua criança e a comunidade escolar. Os

profissionais que atuam nesse programa deverão oferecer aos pais o apoio e o encorajamento necessário, orientando-os sobre as atividades a serem desenvolvidas em casa para continuar no lar a desenvolver o programa curricular demonstrado, na escola.

Durante a pré- escola e a alfabetização, pais e profissionais da educação em conjunto poderão propiciar à integração, mesmo que parcial, da criança surda, ao viabilizar momentos de interação conjunta com seus colegas ouvintes. Nessa escola, deverá desenvolver uma pedagogia centrada na criança surda ou não, respeitando as diferenças de todos os seres humanos.

Os pais deverão realizar a escolha filosófica e metodológica para o atendimento educacional de seu filho, participar ativamente do processo de Educação Infantil da criança, confeccionar e utilizar material didático similar ao utilizado pelo professor, para dar continuidade, no lar, ao programa de estimulação, estudar temas relacionados à surdez, acompanhar o desenvolvimento de sua criança em todos os aspectos de sua personalidade, etc.

O acompanhamento da vida escolar do surdo deve ser contínuo, em todas as modalidades de ensino.

Segundo Vygotsky (1989), existe outro nível de desenvolvimento - o potencial, que, tanto quanto o nível real necessita ser considerado na prática pedagógica.

Quando alguém não consegue realizar sozinho determinada tarefa, mas o faz com a ajuda de outros, está revelando-nos o seu nível de desenvolvimento proximal, que já contém aspectos e partes mais ou menos desenvolvidas, noções e conceitos. Portanto o nível de desenvolvimento mental de um aluno, não pode ser determinado apenas, pelo que consegue produzir de forma independente. É necessário conhecer o que ele consegue realizar, muito embora ainda precise de ajuda de outras pessoas.

Vygotsky (1989) acreditou que as possibilidades de desenvolvimento que uma pessoa com deficiência pode apresentar são determinadas não exclusivamente pelas suas limitações orgânicas, mas principalmente pelas vivências possibilitadas a essas pessoas. Nesse sentido, afirmou que as escolas precisam desenvolver práticas, dando ênfase na educação social desses alunos e no potencial que eles apresentam para se desenvolver. Vygotsky (1989) mostrou que as deficiências afetam não a interação que os indivíduos com déficit cognitivo estabelecem com o



meio físico, mas sim a qualidade das interações estabelecidas com outros sujeitos sociais, o que por sua vez, afeta sobremaneira seus processos de desenvolvimento e aprendizagem. Encontram-se na teoria Vygotskiana argumentos que possibilitam alunos com diferentes ritmos de desenvolvimento interagir em espaços não segregados, proporcionando-lhes a realização da aprendizagem oferecendo aos alunos, desafios constantes trabalhando na sua zona de desenvolvimento potencial, transformando possíveis conhecimentos em conhecimentos reais.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS:**

Há muito para ser feito, no que tange aos direitos lingüísticos dos surdos e ao acesso a uma educação compatível com suas peculiaridades. As instituições de ensino precisam proporcionar recursos lingüísticos para que o surdo possa se desenvolver de forma autônoma, preparando-o para enfrentar desafios, não os vendo sob o ângulo da surdez, mas da diferença.

Já está evidentemente comprovado que a criança surda, quando aprende através da língua de sinais, tem um maior desenvolvimento intelectual do que quando aprende sem o uso da mesma. Entretanto, o que acontece no contexto escolar, é que o aluno surdo, sobretudo na escolarização inicial, não domina a língua de sinais.

Assim a oferta de oportunidade educacional que favoreça a melhoria instrumental lingüística dos surdos, é imprescindível para a evolução acadêmica dessas pessoas.

Desta maneira, este estudo vem reafirmar que a inclusão de alunos surdos na sala de aula do ensino comum é uma proposta não relacionada somente com as questões da surdez, mas, questões que envolvam um repensar na diferença, num sentido de que outros caminhos devem ser trilhados para que estes sujeitos possam vir a se constituir como sujeitos surdos pertencentes a uma sociedade cuja maioria é de ouvintes. Dentre estes ouvintes outras diferenças existem. Só que também não são contempladas, isto é, vivemos em uma sociedade que também não reconhece as necessidades dos ouvintes, não tem um olhar para as suas singularidades.

Esses aspectos que envolvem a inclusão fazem parte deste momento histórico educacional, que demanda mudanças. Estas não ocorrem de modo rápido e também não são de fácil execução, pois os conceitos anteriores necessitam ser desconstruídos e ao mesmo tempo os novos conceitos que circulam no âmbito escolar se conflitam com aqueles existentes. Desta maneira, será no cotidiano deste implantar da inclusão escolar, através das experiências e reflexões das mesmas, que se estabelecerão neste processo social e singular ao mesmo tempo as

maneiras para a inclusão das crianças com necessidades educativas especiais serão descobertas.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, L. A. **Diferenças, Estigmas e Preconceitos: o desafio da inclusão**. São Paulo: Moderna, 2002.

BOTELHO, Paula. **Segredos e Silêncios na Educação de Surdos**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

\_\_\_\_\_. **Linguagem e Letramento na educação de surdos – Ideologias e Práticas Pedagógicas**, Belo Horizonte, Autêntica, 2002.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96**. São Paulo: Editora do Brasil, 1996.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Brasília, 2002.

CORCINI, Maura. **Surdez e Educação**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2007.

GÓES, M. C. R. **Com quem as Crianças Surdas Dialogam em Sinais**. In: LACERDA, C. B. F., GÓES, M. C. R. (Orgs) **Surdez: Processos Educativos e Subjetividade**. São Paulo: Plexus, 2000.

LACERDA, C. B. F., MANTELATTO, S. A. C. **As Diferentes Concepções nas Práticas Fonoaudiológicas**, In: LACERDA, C. B. F. de; NAKAMURA, H.; LIMA, M. C. (Orgs). **Fonoaudiologia: Surdez e Abordagem Bilíngüe**, São Paulo: Plexus, 2002. (Parte 1 – Linguagem e Surdez), PP. 23-43.

LODI, A. C. B. **Educação Bilíngüe para Surdos**. In. LACERDA, C. B. F. de; NAKAMURA, H.; LIMA, M. C. (Orgs) **Fonoaudiologia: Surdez e Abordagem Bilíngüe**. São Paulo: Plexus, 2000 (Parte 2) **Possibilidades de Atuação Fonoaudiológica Frente à Abordagem Bilíngüe**, PP. 64-83.

SKLIAR, Carlos (org). **A Surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre, 2005, Mediação.

SKLIAR, Carlos. **Pedagogia (improvável) da Diferença. E se o Outro não estivesse aí?** Rio de Janeiro: Editora DP&A, 2003.

VYGOTSKY, Lev S. **A Formação social da Mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores.** São Paulo: Martins Fontes, 1989.